

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**

Autorização

**AF 000692/2026 - Emissão: 10/02/2026**

1ª Via - Comprador

Endereço: Praça dos Três Poderes, 73 - Centro - CEP 12327-170

CNPJ: 46.694.139/0001-83

TELEFONE: 39559000

Fornecedor:	<b>VALE COMERCIAL LTDA (3193981)</b>	<b>71.336.101/0001-86</b>
Endereço:	<b>RUA PEDRO CALDAS REBELO, 205 - SANTA DOROTÉIA, CEP: 37550000, POUSO ALEGRE - MG</b>	
e-Mail:	<b>michelfunchal@gmail.com</b>	Contatos: <b>3534232255  </b>
Conta Bancária	<b>001 - Banco do Brasil S.A.</b>	Agência: <b>0368-9</b> C/C: <b>43247 - 4</b>

**Unidades Atendidas**

Unidade Adm:	<b>Secretaria de Saúde (0222)</b>
Centro Consumo:	<b>Ordem Judicial (002)</b>
Solic.de Compra:	<b>000774/2026</b>

**Processo de Compra**

Número:	<b>000052/2026</b>	Modalidade:	<b>DL - Dispensa de Licitação nº: 000042/2026</b>
Data:	<b>04/02/2026</b>	Artigo:	<i>*Lei 14.133/2021, Art. 75, II</i>
Comprador:	<b>ANACAROLINA.RUFINO</b>		

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER DEMANDA JUDICIAL MEMO 07, PACIENTES:

GRAZIELI CRISTINA DOS SANTOS JORGE ? PROCESSO Nº 10042378620258260292  
GUILHERME HENRIQUE RAMOS DA CONCEICAO - PROCESSO Nº 1005880-84.2022.8.26.0292  
KAIO FELIPE RAMOS DA CONCEICAO - PROCESSO Nº 1003343-86.2020.8.26.0292  
HAMILTON MOJEIKO ? PROCESSO Nº 10055939220208260292  
LUIS FERNANDO RAMOS SAMPAIO DE MATOS ? PROCESSO Nº 1007869720188260292  
NAIR LOURENCO RIBEIRO ? PROCESSO Nº 10051420420198260292  
SEBASTIAO ARANHA DE SOUZA ? PROCESSO Nº 141/2008  
MARISTELA PRILIPS - PROCESSO Nº 1184/2010  
CATARINA CONCEICAO MARTINS - PROCESSO Nº 166/2010

**Ocorrências****Ata de Registro de Preço**

Número:		Vigência:		Representante:	
---------	--	-----------	--	----------------	--

**Informação p/entrega**

Almoxarifado Responsável:	<b>SAÚDE (222)</b>		
Prazo para entrega da mercadoria:	<b>010 Dias</b>	Condições de Pagamento:	<b>25 DFS</b>
Local para entrega da mercadoria:	<b>ALMOXARIFADO DA SAÚDE – AV MAJOR ACÁCIO FERREIRA, 810 JARDIM PARAÍBA.</b>		

**Empenho(s)**

<b>001480/2026 - Ordinário</b>	Data: 10/02/2026	UO: <b>0204 - SECRETARIA DE SAÚDE</b> UE: <b>020401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE</b> 158   020401   10.302.0003.2191   01   310.0000   3.3.90.32.99	Valor Utilizado: <b>R\$ 7.244,39</b>
--------------------------------	---------------------	--	--------------------------------------

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**

Autorização

**AF 000692/2026 - Emissão: 10/02/2026****1ª Via - Comprador**

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	UN	VALORES	
				UNITÁRIO	TOTAL
0001	1.014.002.00037882 <b>SPRAY PROTETOR BARREIRA DE PELE</b> <i>MARCA: CONVATEC</i> <i>DESCRIÇÃO COMPLETA:</i> PELÍCULA PROTETORA DE PELE. SPRAY DE SOLUÇÃO POLIMÉRICA NÃO ALCOÓLICA, DIFUNDIDA EM SOLVENTE NÃO CITOTÓXICO LIVRE DE GORDURA, COMPOSTA DE EMOLIENTE, RECONDICIONANTE DE PELE E ACRILATO. FRASCO COM 50 ML.	30,0000	UN	241,4797	R\$ 7.244,39
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$ 7.244,39</b>	

(SETE MIL E DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS)



- 1- O pagamento será efetuado através de crédito em Conta Corrente.
- 2- Fazer constar no corpo da Nota Fiscal os números desta AF e do Empenho, além da Condição de Pagamento.
- 3- As notas fiscais decorrentes desta autorização deverão ser emitidas em nome de MUNICÍPIO DE JACAREÍ, formato este correspondente a inscrição principal do Município no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

**Seção 4 – Das Sanções**

4.1 - A aplicação de sanções aos contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos de compras e de contratação de serviços e obras de engenharia e em outros ajustes, deverá obedecer ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2 - A multa, aplicável ao contratado por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado.

Parágrafo único – Na hipótese de inexecução parcial do contrato, a multa será calculada sobre o valor da obrigação não cumprida.

4.3 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

- I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;
- II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;
- III - após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

Parágrafo único – Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo considerarão dias corridos.

4.4 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

4.6 - A recusa injustificada em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de prestada.

4.7 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Municipalidade, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

4.8 – Prevalecerá o cálculo da multa na forma do edital ou contrato quando previsto.

5- Horário de entrega: de Segunda a Sexta-Feira, das 8:00 h às 11:00 h e das 13:00 h às 16:30 h, no local indicado, com frete pago.

**ALMOXARIFADO SAÚDE**

Horário de entrega: de Segunda a Sexta feira, das 08 às 12h e das 13h30 às 17h;

6-A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2.011, CONFORME LEGISLAÇÃO ESTADUAL VIGENTE, OS MATERIAIS/SERVIÇOS SUJEITOS A INCIDÊNCIA DE ICMS DEVERÃO SER ENTREGUES ATRAVÉS DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA. NÃO SERÃO ACEITAS NOTAS FISCAIS MODELO 1 E MODELO 1A.

7 - Condição para recebimento de medicamentos/materiais hospitalares/odontológicos pelo Almojarifado da Secretaria de Saúde: deverá conter impresso na embalagem os dados de identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de validade e de fabricação, e armazenagem. No corpo da Nota Fiscal deve conter, além da identificação do produto, o número do lote e data de validade. No caso de medicamentos, as embalagens individuais devem conter inscritas, de forma destacada e não removível a frase: "PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO".

8- O almoxarifado central receberá entregas de segunda à sexta feira das 8:00h às 16:30h

9 - DA ANTICORRUPÇÃO – Na execução do presente Contrato é vedado à Administração Municipal Direta e Indireta e à Contratada e/ou o empregado seu, e/ou o preposto seu, e/ou o gestor seu:

Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato; Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Autorização

**AF 000692/2026 - Emissão: 10/02/2026**

1ª Via - Comprador

pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou

De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº8.420/2015 (conforme alterado) do U.S Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente contrato.

**O NÃO CUMPRIMENTO DESSA EXIGÊNCIA RESULTARÁ NA RECUSA/RECEBIMENTO DO MATERIAL/SERVIÇO.**